

A NECESSÁRIA TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO

Coronel André Luis Novaes Miranda

O Coronel Novaes é o atual Assistente do Chefe do Escritório de Projetos, no Estado-Maior do Exército. É bacharel pela Academia Militar das Agulhas Negras, mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior. Possui os cursos Avançado de Infantaria no Chile, de Comando e Estado-Maior no Uruguai e Superior de Defesa e Segurança Hemisférica, no Colégio Interamericano de Defesa (EUA). Atuou no 3º Contingente Brasileiro no Haiti, quando comandava o 57º Batalhão de Infantaria Motorizado. Participou de várias operações de GLO no Rio de Janeiro, e foi Comandante do Centro de Instrução de Operações de Paz.



condicionantes: a nova maneira de empregar os meios militares tem que ser compreendida; antigos paradigmas devem ser abandonados, já que os fatores críticos de sucesso não são mais os mesmos que na guerra da Era Industrial; e são necessários projetos transformadores. Em momentos de transformação, a grande pergunta, cuja resposta orientará todo o processo, é: como poderemos empregar a Força nos próximos 20 anos?

Não há previsão de modificação das missões do Exército, listadas na Constituição Federal e na Lei Complementar (LC) 97/99, alterada pelas LC 117/2004 e 136/2010². Logo, as “novas missões” catalizadoras da transformação do Exército serão, na realidade, novas interpretações das atuais, fruto da análise do cenário global, regional e nacional e, acima de tudo, da mudança de paradigma da Era Industrial para a Era do Conhecimento.

O ANTIGO PARADIGMA

Inicialmente, a guerra era lutada sob a forma de batalhas, e estas, em sua maioria, travadas em campo aberto, combinando-se atitudes ofensivas e defensivas. Os oponentes eram Estados ou, eventualmente, coligações de Estados. Muitas vezes, a batalha era singular, lutada entre dois

P Para o Exército ficar em condições de cumprir novas missões na Era do Conhecimento, com eficácia, eficiência, efetividade, e correndo menos riscos, ele precisa transformar-se. E **transformação** é necessária quando, diante dessas novas missões, demandam-se novas capacidades; caso contrário, seria preciso simplesmente uma **modernização**, situação na qual se cumpre melhor as mesmas missões, ou mesmo uma **adaptação**¹. Para tal transformação, há três



exércitos, apoiados por força aérea. A vitória, normalmente, era conquistada em uma dessas batalhas, chamada decisiva, onde se atingia o objetivo estratégico, que podia ser a destruição das forças armadas, a conquista de um acidente capital ou outro de igual importância. Era uma queda-de-braço, valendo-se dos meios predominantemente blindados da Era Industrial e de massivo apoio de fogo. Seu auge foi a II Guerra Mundial (II GM), mas a guerra seguiu modernizando-se até atingir um novo ápice, em 1973, com os exércitos israelense e árabe manobrando seus carros-de-combate nos desertos do Sinai e nas Colinas de Golan, apoiados por artilharia e aviação. Observou-se, ainda, um último exemplo remanescente do modelo industrial na I Guerra do Golfo (1991), quando os norte-americanos fizeram “mais do mesmo”, empregando a Batalha Ar-Terra, com operações rápidas, muita tecnologia e operações conjuntas, destruindo o exército de Saddam Hussein, que optou por enterrar-se em pleno deserto ao invés de proteger seu exército nas cidades. Neste último caso, as forças blindadas já não foram empregadas na sua forma clássica, buscando o resultado decisivo, mas somente terminando o trabalho realizado por semanas pela Força Aérea e outros meios de destruição em massa. De lá para cá, esse tipo de guerras, que já vinha escasseando, se tornou a exceção.

Mas, mesmo sendo uma exceção, a Guerra Industrial continua uma possibilidade, mais provável para os Estados cuja principal ameaça ainda é um Estado vizinho, ou cujos interesses são globais. No quesito ameaça estatal, o Brasil não constitui a regra, principalmente quando analisamos seu entorno. Segundo o cientista político Clóvis Brigagão, há vários conflitos sem solução definitiva na América do Sul, como as Guerras do Chaco (Paraguai e Bolívia) e do Pacífico (Chile, Peru e Bolívia), conflitos como os do Canal de Beagle (Chile e Argentina) e da região de Essequibo (Venezuela e Guiana), ou os mais recentes que transbordaram das fronteiras da Colômbia para o Equador (2008) e Venezuela³. Brigagão não citou, mas pode-se incluir o conflito pela Cordilheira do Condor, entre Peru e Equador (1995), e pelo mar territorial, entre Guiana e Suriname (2000). Para o Brasil, em paz com seus vizinhos por mais de 140 anos e sem problemas



Foto: Arquivo do autor.

Mais importante que a queda-de-braço da força bruta e massiva da Guerra Industrial, é a capacidade de comunicar.

que possam escalar em suas fronteiras, a probabilidade de se empregar suas Forças Armadas nesse tipo de guerra é muito remota.

O autor que melhor exemplifica essa mudança de paradigma é o General inglês Rupert Smith, em sua obra *A Utilidade da Força (The Utility of Force, 2008)*⁴. Segundo Smith, a última vez na qual se empregaram carros-de-combate como máquinas de guerra, em formações organizadas para a batalha, e estes obtiveram o resultado definitivo, foi há quatro décadas (Guerra do Yom Kippur, em 1973). De lá para cá, esses meios ou apoiaram uma campanha aérea (Iraque, 1991 e 2003, e Chechênia, 2000), ou foram subempregados (*were committed peacemeal*, nas palavras do autor), apoiando fuzileiros em operações urbanas no Iraque e nos territórios ocupados em Israel.

Mas se essas guerras são uma exceção, por que a grande maioria dos países ainda mantém uma parte considerável de seus exércitos vocacionadas para esse modelo? A resposta é complexa, e cada Estado tem suas razões, mas destacam-se três fatores: primeiro, a falta de compreensão do novo paradigma⁵; segundo, praticamente todos os países do mundo possuem o “inimigo” estatal do outro lado da fronteira e estão ameaçados e/ou não querem correr riscos (dissuasão local), ou usam suas Forças Armadas para conquistar e expandir seus objetivos estratégicos, ou são despóticos (Irã e Coreia do Norte). Além desses dois aspectos, em muitas nações, a ganância e o poder da indústria de defesa também dão sua contribuição. Logo, manter uma parcela das Forças Armadas nesse modelo é uma necessidade, mas empregá-la segundo essa lógica, em plena

Era do Conhecimento, vem se mostrando um erro fatal.

Após a apresentação de algumas das características do novo paradigma, serão comentados alguns casos da falta de compreensão da mudança que já ocorreu, ou da sua não aceitação.

O NOVO PARADIGMA

A guerra não ocorrerá de forma subordinada à maneira como os exércitos estão organizados e preparados, ou ainda como desejam os comandantes que dela tomarão parte, mas sim como ela é, influenciada por fatores históricos, sociais, políticos, diplomáticos, econômicos. Também não se resume às adaptações decorrentes dos enormes avanços da ciência e da tecnologia, tremendamente importantes.

Os organismos internacionais, praticamente inexistentes há 70 anos, hoje estão por toda parte e seu poder é sentido não somente por seus órgãos com poder de emitir resoluções, mas também por seu lado brando e incansável, que tudo acompanha e julga, influenciando opiniões de pessoas e de governos. Cada vez mais os Estados firmam convenções, declarações, resoluções, acordos e tratados limitando o emprego de armas. Agências, fundos e programas intergovernamentais e governamentais compartilham o terreno com as tropas, assim como forças de segurança e policiais. As ONGs se multiplicaram e muitas já atuavam na região de operações antes dos conflitos e são atores importantes na formulação da percepção do que está ocorrendo. Tudo isso limitou e condicionou a forma de se fazer a guerra. Além disso, esta tem sido lutada literalmente no meio do povo e, também, nas salas de estar das residências, transmitida ao vivo pela mídia. As redes sociais potencializaram a força da imprensa e deram mais poder de mobilização aos cidadãos, que se tornaram mais exigentes e não aceitam mais determinadas condutas. Em consequência, a opinião pública, influenciada por todos esses agentes, ganhou uma dimensão crucial na decisão de se empregar a força e na forma de fazê-lo,

chegando a ter status de centro de gravidade⁶.

No novo paradigma, as batalhas são uma exceção. O que há são operações, e estas se desenrolam nas cidades e em meio à população. E não se trata do antigo combate em localidade – no qual o inimigo se entrincheirava na orla da cidade, (semi-)evacuada e em destroços, e a luta era feroz, casa a casa, quarteirão a quarteirão – como ocorreu em Leningrado (II GM), ou mesmo em Grozni (2000). Na guerra da Era do Conhecimento, o oponente se mistura à população e, quando aparece, pode fazê-lo de dentro de escolas, hospitais, igrejas, etc. O “inimigo”, antes um Estado, agora pode também ser uma organização terrorista ou criminosa, um grupo guerrilheiro ou uma facção desertora de uma força armada, com ou sem apoio de Estados. Atualmente, nossas

forças atuam em um ambiente multinacional, conjunto e interagências. O objetivo estratégico – e o objetivo militar contribuirá para sua consecução – antes uma vitória militar, será conquistado por uma agência civil, e estará relacionado com o retorno (ou o nascimento) do Estado de Direito, ou da Democracia, ou ainda com a reconstrução. Em

“As redes sociais potencializaram a força da imprensa e deram mais poder de mobilização aos cidadãos...”

última análise, esse objetivo será a conquista do apoio da população da área, nacional e internacional, para a causa pela qual se está lutando (ou intervindo, ou pacificando). Luta-se não mais para ganhar batalhas, mas para conquistar corações e mentes ou, em última instância, para manter o apoio político, nacional e internacional ao governo que decidiu empregar as tropas, e para deslegitimar o oponente.

A sequência da conquista desse objetivo no Haiti, por exemplo, segue o exposto no Quadro de Segurança (figura 1), iniciando com uma operação robusta, com uso da força letal, desmantelando os grupos armados que dominavam a área. Já com condições mais seguras, desdobram-se pontos fortes no coração das áreas-problema, com a consequente presença 24 horas ao dia no local. Após essa primeira fase, relativamente rápida, muda-se o ritmo e busca-se consolidar a confiança da população, ao mesmo tempo em

que a preponderância vai passando dos militares para as demais agências, pouco a pouco, de forma coordenada e cooperativa, até que se possa iniciar o desenvolvimento da infraestrutura normal dos bairros. O objetivo somente será conquistado após a volta à normalidade e, então, dar-se-á a substituição e retirada completa da tropa, e não há como prever quanto tempo isso levará.

O uso da força só produzirá efeito se for bem dirigido e, principalmente, bem comunicado. As baixas entre nossas forças também são potencializadas nesta Era. O espaço de manobra

não for compreendido e adotado plenamente, ou se será derrotado, ou, antes do emprego da tropa, terá que se dar a completa adaptação dos meios e, principalmente, dos métodos. Há uma dissonância entre a atual organização das forças e seu emprego operacional.

Neste paradigma, mais importante que a queda-de-braço da força bruta e massiva da Guerra Industrial, é a capacidade de comunicar – para as próprias forças, para a população da área de operações e para a opinião pública nacional e internacional – que seu objetivo estratégico é mais

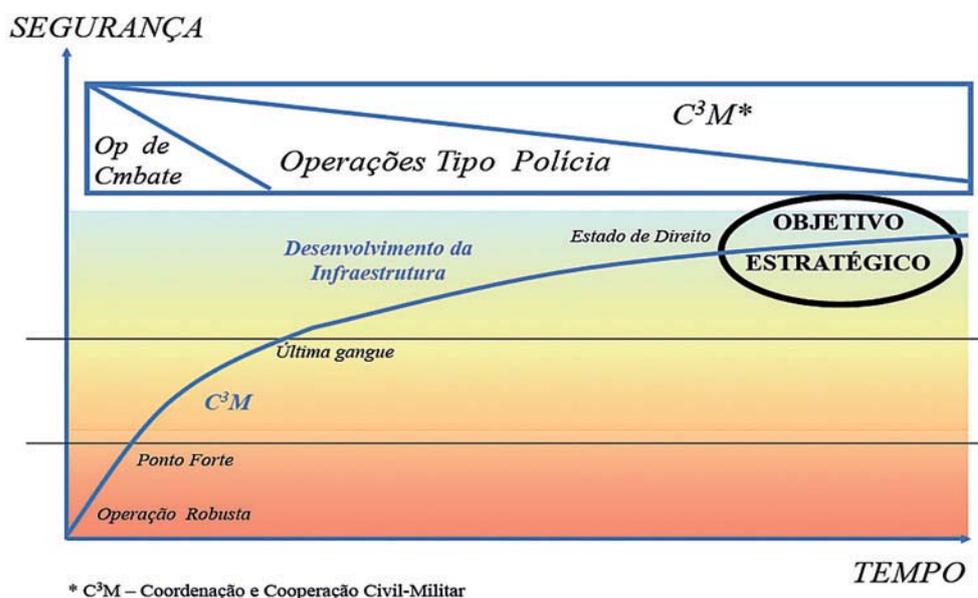


Figura 1: Quadro de Segurança

para armas de destruição em massa, que visava a bater uma área ou destruir o inimigo, é cada vez mais reduzido. A guerra é feita pelo fuzileiro a pé, no meio da população, bem protegido e com armas de letalidade inteligente, e a multiplicação do poder se dá pelo sistema de informação, que é a integração, buscando sinergia, da comunicação social, operações psicológicas, inteligência, guerra eletrônica, guerra cibernética e assuntos civis.

Segundo Smith, o novo paradigma começou a ser desenhado com a bomba atômica, que impediu o uso pleno dos meios de destruição em massa da guerra industrial, e tornou-se claro com a queda do Muro de Berlim. Já é hora de ser aceito. Enquanto

relevante e mais legítimo que o do oponente, e que os meios utilizados são necessários, adequados e proporcionais. Na Guerra da Era Industrial, perdia quem fosse derrotado na batalha decisiva. No modelo atual, os sinais de derrota são a condenação pela opinião pública e, de forma mais pragmática, recomendações e, por fim, resoluções de organismos internacionais para que o governo interrompa as operações e retire as tropas antes da conquista do objetivo. A derrota, muitas vezes, é caracterizada pela queda do regime, ou do governante.

No entanto, existem outras formas de derrota e que podem ser mascaradas no curto e no médio

prazo. Os cinco países mais poderosos, com direito a veto no Conselho de Segurança da ONU, não recebem condenações nesse organismo e podem, simplesmente, redefinir a vitória, alterando os objetivos estratégicos iniciais, para abandonar a campanha, como aconteceu no Iraque e está acontecendo no Afeganistão. Isso só torna mais difícil a compreensão do novo paradigma, posto que ainda é comum utilizar-se de exemplos desses países, que os estão levando a perder suas guerras, como referências para o modelo de força necessário para o Brasil.

AS VELHAS E NOVAS AMEAÇAS E AS POSSIBILIDADES DE EMPREGO

Se é muito pouco provável uma guerra interestatal contra um de seus vizinhos, quais são, então, as ameaças e as possibilidades de emprego para o Exército Brasileiro?

Com o crescimento do poder do Brasil, consolidando sua posição de potência regional e de ator global (diferente de potência mundial), cresce, também, a probabilidade de ser demandado a projetar poder militar no mundo, principalmente

no entorno estratégico, para apoiar um país em estado falimentar, diante de uma guerra civil ou de grave instabilidade e desordem a retornar à normalidade. Quanto a isso, visualiza-se a participação em coalizões internacionais, sempre sob a égide ou com mandato de um organismo internacional, ou mesmo em uma Força Expedicionária.

Nesses casos, o que a Política Externa Brasileira almeja é a liderança regional, que se expressaria, em termos de poder militar, no “gerenciamento da ordem”, seja por meio da repetição do caso Haiti, agindo sob o respaldo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou até mesmo no fortalecimento do organismo sulamericano, liderando uma missão determinada pelo Conselho de Defesa da UNASUL, sob o capítulo VIII da Carta⁷. Isso também poderá ocorrer na África, outra das prioridades do Itamaraty. Atuando nessas duas regiões, o Brasil já teria feito seu dever de casa e estaria contribuindo ativamente para a Paz e Segurança Internacionais, o que respaldaria em suas pretensões de maior participação nas decisões mundiais. Mas o mote será a proteção da população e não mais a destruição do inimigo.

Os casos extremos, e mais improváveis, são integrar “coalizões de vontade”, como ocorreu em

Militares brasileiros no Haiti.
O EB deve estar preparado para atuar em ambiente multinacional.



Kosovo (1999), Iraque (1991 e 2003) e Líbia (2011), ou algo maior, como o ocorrido na II GM. Nesses casos, podem-se adotar duas linhas de ação: enviar uma tropa blindada para integrar a primeira linha ofensiva, cujos resultados têm sido objeto de críticas de nosso governo⁸, ou, por tradição e coerência de nossa diplomacia, participar da pacificação, estabilização e reconstrução.

Mas há, também, ameaças extrarregionais, com poder muito superior ao nosso. Contra essas potências, a dissuasão não será obtida com forças blindadas, nem com apoio de fogo convencional, tampouco com navios de superfície e aviões, alvos fáceis para as forças aérea e naval do oponente (vide exemplos de Kosovo, Iraque e Líbia). Fazem parte da solução mísseis de longo alcance (tendo o ASTROS 2020 como uma etapa a ser vencida), defesa antiaérea e cibernética, veículos lançadores de foguete, satélites e submarinos nucleares. Se a dissuasão não for suficiente, nossas forças é que atuarão misturadas à população e também usando o sistema de informação como principal multiplicador do poder de combate.

Existem, ainda, as ameaças provenientes dos agentes não-estatais, ou “novas ameaças”, contra as quais o Brasil vai empregar cada vez mais seus meios militares em operações conjuntas e interagências no combate aos crimes transnacionais e para monitorar e atuar na fronteira. O Exército ainda continuará a ser empregado em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) em áreas urbanas, densamente habitadas, nas quais grupos adversos também estarão misturados à população. Isso também é reflexo da Era do Conhecimento. Das mais de 80 missões diárias que o EB vem cumprindo, várias estão neste escopo.

Resumindo, no Brasil e no exterior, para vencer suas ameaças que, normalmente, atuarão em meio às pessoas, o Exército terá que pacificar e/ou estabilizar áreas e proteger a população. Nessas situações, exige-se proteção individual e dos pequenos grupos (viaturas blindadas leves) e letalidade seletiva, além de um sistema de informação eficaz. Também, é muito importante a mobilidade tática e estratégica advinda de viaturas sobre rodas. Tropas leves, contando com veículos com proteção blindada e mais aptos para a guerra no meio do povo, além de menores e mais baratos

que os da família Guarani⁹, atuam com eficácia e eficiência nesse ambiente. Tropas blindadas e mecanizadas poderão ser usadas, desde que adaptadas, para apoiar a ação principal, e não na forma clássica para a qual foram organizadas.

O EMPREGO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS – AS “NOVAS” MISSÕES

Contextualizando essa realidade, nas últimas décadas, o EB foi empregado na fronteira (no pleno cumprimento das Leis Complementares 97, 117 e 136), nos grandes centros (Operação Rio 93/94, Operação Guanabara 08, Operação Arcanjo 10/11/12, V Jogos Mundiais e outras) e no interior do país, ou ainda nas OMP do Timor Leste (99/04) e do Haiti (04/_), sempre de forma interagencial e contra ameaças não-estatais misturadas à população. Em muitas dessas operações, houve e há o uso da força letal e nossos soldados foram hostilizados com fogos. Em todas elas, o EB e o Brasil correram o risco de fracassar em duas frentes: pelo excessivo uso da força, fruto do emprego de armamento ou de técnicas inapropriadas (danos colaterais ou mesmo massacres), ou por um número inaceitável de baixas próprias, produto da falta de proteção, o que não ocorreu. Em todas essas oportunidades, grande parte de seus meios (carros-de-combate, artilharia, morteiros pesados, etc.) nunca foi empregada e a tropa saiu dos quartéis munida somente de armamento leve. Ou seja, o emprego já se dá sob o novo paradigma¹⁰, mas a preparação e a organização ainda são para o antigo, desviando recursos e aumentando os riscos.

A gama de operações realizadas varia desde o policiamento comunitário (operação típica de uma polícia moderna, com uso mínimo da força, somente para prevenir e corrigir), passando por um policiamento repressivo ostensivo (ações na faixa de fronteira, reprimindo o crime transnacional), ações típicas de forças de segurança (como o controle de distúrbios civis e a retomada de uma área dominada por grupos armados, como no Alemão, Rocinha, etc.) e operações robustas, como as Operações de Manutenção de Paz (OMP) do Timor Leste e Haiti. Aqui termina o atual (novo) paradigma: emprego limitado da força, em meio à população, e altamente controlado por regras de engajamento, leis locais e direitos humanos. Isso

não significa que, na Era do Conhecimento, essas últimas operações não sejam violentas e perigosas, e que não possam causar inúmeras baixas para nossas forças e para o oponente.

Além desses níveis, chegamos ao emprego clássico na defesa da Pátria numa guerra interestatal, antigo paradigma: operações de ataque e defesa de área, nas quais há a utilização máxima da letalidade, limitada somente pelo Direito Internacional Humanitário.

Para o emprego no Caribe, a partir do 2º Contingente, necessita-se cerca de 6 meses para a adaptação prévia da tropa. Adapta-se a estrutura organizacional, o armamento, o equipamento e, principalmente, as táticas, técnicas e procedimentos. O ideal seria possuir fuzis com miras holográficas, que permitiriam disparar de forma praticamente instantânea, mesmo à noite, contra alvos fugazes, e com maior probabilidade de acerto, além de reduzir em muito o risco de danos colaterais. Além disso, seu uso evitaria o risco de que o soldado deixe de responder ao fogo por receio de atingir inocentes, o que leva o oponente a se sentir mais à vontade para as ações contra

nossas tropas. Armas leves, como metralhadoras, morteiros 60 mm, AT-4 e similares, foram úteis, para tropas brasileiras e/ou de outros países, na fase das operações robustas. A proteção blindada em nossos veículos ajudaria a reduzir baixas. Felizmente, não tivemos nenhuma fatal nessas operações. Também seria importante contar com meios para realizar operações de informações desde o início.

O QUE FAZER PARA TRANSFORMAR O EXÉRCITO?

Primeiro, reconhecer que já somos empregados segundo esse novo paradigma há algum tempo, mas de forma improvisada, e que a tendência é de que sejamos cada vez mais. As OMP, quando vistas com as lentes da Era Industrial, são um fracasso, principalmente pela incapacidade de resolver o problema por via das armas e rapidamente. No entanto, situações como a do Haiti, e mesmo a do Alemão, são casos clássicos de conflitos da Era do Conhecimento, assim como os conflitos da Síria, Líbia, Mali, Colômbia, Afeganistão, Palestina e outros, nos quais a tropa



tem que usar a força no início (poderá fazê-lo muitas outras vezes ao longo do processo), dentro de limites rigorosos e, a partir de certo ponto, passa a ser coadjuvante de outras agências, de forma cooperativa e coordenada (ao menos na concepção), por um tempo difícil de ser avaliado, até que se atinja o objetivo estratégico ou seja substituída por forças mais aptas e vocacionadas para segurança pública (que é no que se transforma a operação no decorrer do tempo). Como nenhum país mantém forças de segurança (como BOPE e outras tropas de choque) em reserva, para substituir o Exército ao fim da primeira fase (estabelecimento da segurança), nem policiais para fases mais avançadas, todos têm empregado suas Forças Armadas do começo ao fim, inclusive os Estados mais poderosos, colecionando êxitos e fracassos proporcionalmente à compreensão que têm do novo paradigma. O Brasil não será exceção.

Segundo, deve-se reconhecer que a probabilidade de o EB ser empregado conforme o antigo paradigma é muito remota, e o Brasil tem que entender e tirar proveito dessa situação privilegiada. Outros países, usados como referência, que ainda possuem o “inimigo”, real ou potencial, do outro lado da fronteira, continuam necessitando de parcelas consideráveis de forças da Era Industrial, o que consome os recursos necessários, não somente financeiros, mas também humanos, haja vista que há limites de efetivos a manter em tempos de paz. Discursos à

parte (normalmente, dizem que se preparam por capacidades), os países se mantêm preparados para sua maior e mais perigosa ameaça e, para os demais casos, aplicam a técnica de “quem pode mais, pode menos”. O resultado é que, em todo o mundo, incluindo os países mais poderosos, se faz a guerra na Era do Conhecimento com os meios da Era Industrial¹¹, ocasionando derrotas quase clássicas — ganham-se todas as batalhas, pela força material, e perde-se a guerra nas informações. Deve-se abandonar o antigo modelo, mantendo-se uma reserva compatível.

Como corolário disso, convém rever as prioridades para que nossas capacidades sejam abrangentes e permitam o cumprimento de um escopo muito mais amplo de missões com menos investimentos. Continuará valendo o “quem pode mais, pode menos”, mas o “poder mais” deverá recuar de “guerra” para “operação robusta da Era do Conhecimento”, com uso da força em meio à população e com os meios de informação necessários, mantendo uma reserva adequada de meios industriais (um núcleo-duro), também modernizados. Com isso, seu emprego, considerado uma exceção no antigo paradigma, mas normal no atual, dar-se-á com menos adaptação, o que será menos traumático e implicará menos riscos. A partir desse ponto, evolui-se, para mais ou para menos, de acordo com as necessidades e ao longo da escalada da crise. A figura 2 mostra a situação de preparo atual e a desejada.

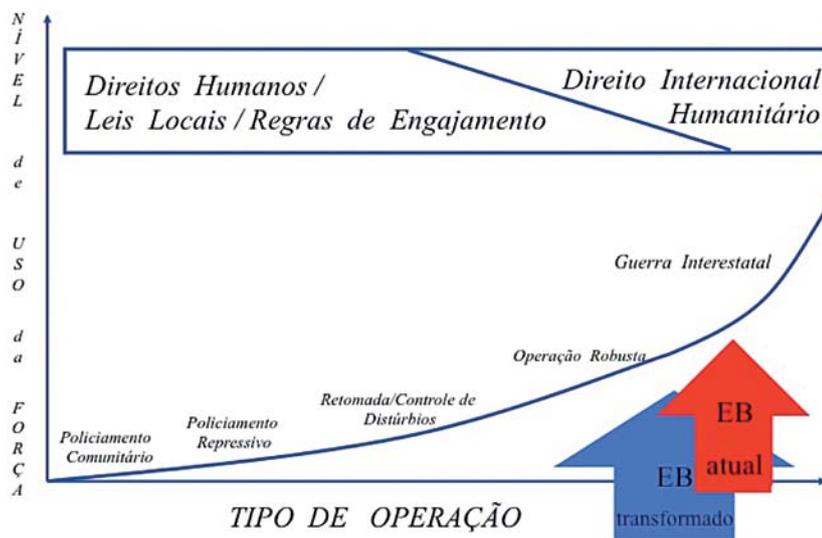


Figura 2: Quadro de Operações – situação de preparo atual e desejada para o EB.

Ora, se a ideia é dotar o Exército Brasileiro do futuro com a capacidade de “dissuasão em nível extrarregional”, e ainda se prevê o emprego de brigadas blindadas e mecanizadas com expressivo apoio de fogo, em todos os níveis, e divisões de exército, com seus meios de apoio ao combate, em direções táticas de atuação, de acordo com a estratégia da paralisia¹², pode-se chegar a três conclusões: a primeira é que não será dissuasão, haja vista que, contra ameaças extrarregionais com poder muito superior ao nosso, carros-de-combate e meios convencionais de apoio de fogo servirão muito mais como alvos do que como agentes dissuasivos. A segunda é que **não será uma transformação** (ainda que muitos vetores estarão se transformando operacional e taticamente), pois o cenário e a missão principal seriam os mesmos das décadas passadas, nas quais prevalecia a guerra interestatal ou a guerra da Era Industrial. A terceira é que não haverá recursos, nem financeiros nem humanos, para a **verdadeira transformação**.

Ou seja, em 20 anos, o Exército estaria mais bem preparado (**modernização**) para fazer face a uma guerra passada com que, a julgar-se pelo exposto, muito remotamente nos envolveremos, e sem suas tropas leves e estruturas necessárias para a guerra de informações por falta de recursos.

AS CAPACIDADES NECESSÁRIAS PARA AS “NOVAS” MISSÕES

A principal capacidade almejada deve ser a de “pacificação e estabilização¹³”, que será cada vez mais demandada e atende a todas as missões operacionais do Exército. Todas as brigadas deverão possuir tal capacidade, mas as principais serão as brigadas leves, com mobilidade estratégica e tática, que poderão ser empregadas, em curto tempo, próximas às suas sedes ou em qualquer área de interesse do Governo.

Essas brigadas deverão contar com veículos mecanizados leves, pequenos, versáteis e, além de tudo, menos dispendiosos para a aquisição e a manutenção que suas versões maiores e/ou sobre lagartas. Além da mobilidade, a proteção blindada

permitirá que fuzileiros se aproximem mais do oponente correndo menos riscos. Esses veículos devem ser complementados por viaturas sobre rodas de vários tipos, conferindo flexibilidade no emprego. Essas são as “características de proteção e movimento” exigidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END, 2008) para a evolução dos meios mecanizados.

Como apoio à Política Externa, esses meios poderão ser a base física da liderança regional e da atuação global, capazes de operar em um país sob grave crise institucional e garantir seu retorno ao Estado de Direito, empregando a força em um ambiente hostil, no meio da população, de forma interagencial, e sob a égide de organismos internacionais. A capacidade de pacificar e estabilizar áreas conferirá ao Exército poder de coerção regional e a dissuasão referida pela Estratégia Nacional de Defesa.

Por se basearem em grandes unidades fortes em fuzileiros, dotados de poder letal inteligente, gerarão, ainda, a “persuasão militar” sugerida por Nye¹⁴, capaz de provocar admiração, reconfortar, proteger estruturas estratégicas e a população, auxiliar os desvalidos em contextos de catástrofes, etc., além de coerção, dissuasão e proteção¹⁵.

O fuzil da Era do Conhecimento tem que permitir o uso de mira holográfica ou similar e se constitui no verdadeiro fator crítico do sucesso dessas tropas. Tão ou mais importante que acertar o oponente é não causar danos colaterais. Em se tratando de apoio de fogo, mísseis portáteis e armas de letalidade inteligente e controlada, transportadas em veículos leves e/ou em helicópteros, têm que ser a mais alta prioridade dos investimentos na Era do Conhecimento, depois somente dos fuzis com suas miras, porque são elas que sempre serão conduzidas para as operações e, muitas vezes, serão empregadas para vencer resistências. Essa transição de armas de letalidade maciça para baixa ou não-letalidade já tinha sido prevista pelo casal Toffler na sua “Guerra de Terceira Onda”¹⁶.

Brigadas mecanizadas, ainda que bem mais

“...ganham-se todas as batalhas, pela força material, e perde-se a guerra nas informações.”

dispendiosas para serem organizadas, e desde que adaptadas, também estarão aptas para o combate no novo paradigma.

Além de soldados bem equipados e armados, e veículos leves, o sistema de informações é fundamental no atual paradigma. Tão importante como conquistar os objetivos estratégicos é comunicar para as próprias forças, para a sociedade, para o Governo e para os organismos internacionais que isso é feito de acordo com as normas vigentes e que a causa pela qual se luta é mais legítima que a do oponente. Também é crucial que o uso da força seja percebido pelo mesmo público como útil, necessário, proporcional e progressivo, e que se dá sob a égide da lei. Como isso se trata de comunicação, e conseqüente percepção de entrega de valor, não adianta simplesmente fazer o correto e divulgar isso pela mídia, paradigma antigo. Trata-se de toda uma guerra paralela, travada na sala de estar de cada casa em tempo real e com todos os subsistemas atuando de forma sinérgica: inteligência, guerra eletrônica, guerra cibernética, operações psicológicas e, como a parte visível do *iceberg*, a comunicação social. Esta última, com o apoio das demais, deverá “relatar” toda a conquista do

objetivo de forma inequívoca e segura, desde a concepção da operação até a retirada das tropas.

O verbo “relatar” exige uma atividade de informações públicas muito forte. Setores encarregados do relacionamento com a mídia deverão buscar estabelecer o cenário dentro do qual a história será contada, sendo os jornalistas os meios para quem o porta-voz entregará todos os “pedaços da história” que chegarão aos corações e mentes da população. A mídia social é outro fator dos mais relevantes nessa narrativa. Enquanto os jornalistas levam os acontecimentos com um mínimo de análise ao público, conferindo à notícia um pouco mais de permanência no tempo, setores encarregados da mídia social têm uma ação mais instantânea e podem criar, ou desmentir, o fato que vai atrair os jornalistas, além de repercutir e comentar resultados e versões. Em torno das informações públicas, girarão todos os demais subsistemas.

O estabelecimento do sistema de informações é transformação. E não pode ser confundido com a aquisição de meios eletrônicos (*software* e *hardware*) voltados para o comando e controle e para a consciência situacional. Isso também é fundamental, mas não é suficiente. O que se





precisa é de unidades de todos os subsistemas descentralizadas, no mínimo, pelos comandos de área, atuando em forma de sistema. Esse sistema é o principal “apoio ao combate” do atual paradigma e age como multiplicador do poder dos fuzileiros, que estarão empregando a força no meio da população. Não basta vencer. Tem que comunicar e ser percebido dessa forma. E se a vitória estiver difícil, a pergunta que deve ser feita é: falta mais força (antigo paradigma) ou mais sistema de informações? Muitas guerras da Era do Conhecimento são perdidas por uma má resposta a essa pergunta ou por um equilíbrio mal feito.

Como as brigadas leves estarão desdobradas e combatendo o oponente no meio da população, o escalão ideal para empregar o sistema de informações é o que as enquadra. Enquanto as atuais Divisões de Exército comandam, controlam e coordenam de duas a cinco brigadas em uma direção tática de atuação, provendo o apoio ao combate necessário, o que se necessita no atual paradigma é um escalão para obter a superioridade de informações no nível regional. É esse escalão que vai relatar a conquista do objetivo estratégico para o público, influenciar opiniões, estabelecer e manter o contato com as agências governamentais, obter e proteger dados, além

de controlar e coordenar as peças de manobra. Também poderá receber e empregar helicópteros, meios para realizar operações especiais e, quando a situação exigir, unidades de apoio ao combate. Para tal, o ideal é que seja constituído por todos os subsistemas de informações de forma permanente. Na capital federal, o Sistema de Informações do Exército fará o mesmo no nível nacional, cabendo a outros escalões o nível internacional.

Para a dissuasão extrarregional, contra uma ameaça muito superior, também há que se desenvolver, numa segunda prioridade, armas estratégicas em ritmo compatível com os recursos disponíveis – ou a tecnologia para desenvolvê-las. Mísseis e foguetes guiados, defesa cibernética e antiaérea são importantes nesse cenário.

O “núcleo-duro” deverá ser mantido numa dimensão compatível com o novo paradigma e, numa terceira prioridade, ser modernizado e complementado. Manterá seu papel fundamental de dissuasão local contra ameaças estatais.

Pacificar e estabilizar centros urbanos, com o oponente atuando em meio à população, e “dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres brasileiras” (END) são as capacidades necessárias para, na Era do Conhecimento, “assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais,



das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País” (Livro Branco de Defesa Nacional, 2012), ou seja, para a **Defesa da Pátria**. As capacidades de pacificar e estabilizar serão necessárias, também, para a garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, para a atuação em missões subsidiárias e para a maioria das ações em apoio à Política Externa do País (com exceção de parte da dissuasão), como a participação em missões de paz – com ou sem o uso da força – e em ações humanitárias, ou até mesmo em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, em especial aquelas voltadas para a proteção de civis, reconstrução e estabilização propriamente dita de países sob grave crise institucional ou em guerra civil.

CONCLUSÃO

Este artigo não tem por pretensão olhar para o futuro e traçar cenários possíveis. Tão-somente olhou para o passado recente e para o presente. Procurou sair do paradigma criado na II Guerra Mundial e aperfeiçoado nas Guerras Árabes-Israelenses, com um pseudo-ápice na Primeira Guerra do Golfo, em que predominavam os carros-de-combate e artilharia, e chegou até os dias de hoje. Passou os olhos pelo emprego do

Exército no Brasil e no Haiti, e deu uma percorrida nos principais conflitos existentes e latentes, nos quais nossas Forças poderão ser empregadas nos próximos 20 anos. No tempo de sua publicação, o mundo estará debruçado sobre como pacificar, estabilizar e proteger a população da Síria, com o apoio de Forças Armadas internacionais, assim como no Mali, sem esquecer o Afeganistão, Iraque, Palestina, Colômbia, México, República Democrática do Congo e dezenas de países nos quais ocorrem conflitos intraestatais. As tropas brasileiras continuam no Haiti, no momento sem combates importantes, e acabam de sair do Morro do Alemão, mas poderão voltar a ser empregadas em meio à população a qualquer momento, usando ou não a força, mas muito remotamente para enfrentar um exército regular numa batalha decisiva.

O Exército precisa se **transformar** para ser empregado, na Era do Conhecimento, com menos adaptações, mais efetividade e menos riscos. No novo paradigma, as principais missões serão cumpridas por fuzileiros leves com apoio do sistema de informações. Sempre que for empregado, e tudo indica que será cada vez mais, o Exército deverá ser percebido como altamente valoroso pela sociedade, pelo Governo e por organismos internacionais. As tropas a pé e

motorizadas deverão ser transformadas em leves, com proteção blindada e letalidade inteligente. As pesadas, que cumpririam as missões principais no antigo paradigma, por sua vez, terão que se aligeirar por transformação. No entanto, o Exército ainda precisa manter a capacidade de participar de guerras com características interestatais da Era Industrial, mas somente com parte de suas forças, que também poderão reforçar essas tropas leves no combate contemporâneo, desde que adaptadas.

As perguntas que devem ser respondidas são: quantas brigadas leves devem ser criadas por **transformação** das antigas e industriais (quase agrícolas, dadas as condições nas quais algumas se encontram) brigadas de infantaria motorizada? De quantas brigadas de infantaria mecanizadas, com base nos Guaranis, necessitamos? Como será o Sistema de Informações do Exército e como será replicado em todos os escalões? Qual é o tamanho do “núcleo-duro” que deve ser mantido? Como as brigadas serão enquadradas e apoiadas? Quantas divisões-de-exército são necessárias e como **transformar** as demais? Somente após responder a essas perguntas é que se deveria refinar os escopos dos projetos transformadores e **modernizar** e completar os meios atuais, baseados nos antigos e industriais quadros de organização, sob pena de investir recursos em áreas menos importantes e de tornar “irreversível o desnecessário”. “Mais do mesmo” **não é transformação**.

A transformação, para ocorrer, deverá ser agradável. O lado doce é muito fácil de ser compreendido: o Exército será mais eficaz, contará com armas modernas e de letalidade inteligente, com muito maior capacidade operacional e consciência situacional. No entanto, haverá,

também, o lado acre, que advirá da mudança do status quo de alguns sistemas operacionais em prol do conjunto. Segundo Drucker, deverá haver desapego organizacional para que recursos sejam liberados de áreas onde eles não produzem mais o valor de outrora e possa haver transformação¹⁷. Drucker ainda nos ensina que necessidades de mudanças setoriais só são percebidas de fora dos respectivos sistemas, ou até mesmo de fora da própria organização. Pessoas engajadas nos sistemas operacionais, normalmente, só propõem **modernização** e, mais ainda, com aumentos de recursos humanos e financeiros. Como nada sinaliza, a curto e médio prazo, que haverá aumento de efetivos no Exército, e não existe nenhuma garantia de que haverá mais recursos financeiros, a transformação deverá ter seu lado amargo e a instituição deverá estar preparada para descontinuar ou reduzir sistemas e escopos de projetos, por mais importantes que sejam do ponto de vista setorial.

O Exército precisa reconhecer a mudança de paradigma para entrar, de vez, na Era do Conhecimento, mantendo um “núcleo-duro” de forças no modelo antigo em reserva. Com uma visão de futuro definida, os escopos dos projetos estratégicos serão mais bem delimitados e outros deverão ser criados. Os recursos são escassos e há que se estabelecer prioridades, sob o risco de simplesmente se modernizar o que existe e de faltar meios para as estruturas inovadoras necessárias. Sem isso, o Exército continuará cumprindo suas “novas” (!) missões, como sempre fez, mas com meios cada vez mais defasados (ou deixados para trás nos quartéis) e correndo mais e mais riscos.

NOTAS

1. Para detalhes, ver *Manual do Processo de Transformação do Exército – 3a Edição*, disponível em <http://www.exercito.gov.br/web/proforca/downloads>.
2. Basicamente, estas missões são: defender a Pátria, garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem, atuar em missões subsidiárias e apoiar a Política Externa do País.
3. BRIGAGÃO, C. (Org.). *A América Latina e os Conflitos Fronteiriços*. Rio de Janeiro: GAPCOM, EDUCAM, Konrad AdanauerStiftung, 2010.
4. SMITH, R. *The Utility of Force*. New York: Vintage, 2008. “A Utilidade da Força” é a versão em português da obra do Gen. Rutherford Smith. Durante os estudos para a preparação deste artigo, preferimos utilizar a versão original, em inglês.
5. *Pode-se dizer que, pela falta de compreensão do novo paradigma, o poder material de uma nação ainda*

se mede pela quantidade de meios da era industrial, e não pela eficácia, eficiência e efetividade em sua utilização.

6. *O conceito de centro de gravidade foi estabelecido por Clausewitz, no século XIX, como o núcleo de poder e movimento do qual tudo o mais depende, onde todo o esforço e energia devem ser concentrados para se alcançar a vitória contra o inimigo.*
7. *Este é um tipo muito normal de missão da União Africana, com o respaldo da ONU (Cap VIII).*
8. *Para detalhes, ver voto da Embaixadora Maria Luíza Viotti na sessão do Conselho de Segurança que aprova as ações na Líbia (site do Itamaraty) e discurso da Presidente Dilma na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2011 (site do Planalto).*
9. *Guarani é o novo veículo blindado de rodas do Exército e parte de uma família de viaturas, cujos objetivos são transformar brigadas de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as atuais brigadas de cavalaria mecanizada.*
10. *Note-se que, tanto o emprego em áreas urbanas com poder de polícia, quanto o emprego de tropas brasileiras sob o capítulo VII da Carta da ONU, até bem pouco tempo, eram tidos como proibidos à luz da interpretação da Lei e hoje são considerados normais.*
11. *A primeira guerra com características da Era do Conhecimento, travada com meios da Era Industrial, foi a da Argélia, perdida pela França (Smith, 2008). Outras derrotas foram o Vietnã, Afeganistão (URSS), Iraque (2003) e os atuais Afeganistão, Palestina e Síria (todas em curso). Em nenhuma delas, o objetivo estratégico foi ou está sendo alcançado por quem detém a força material da Era Industrial.*
12. *Para detalhes, ver PROFORÇA: Projeto de Força do Exército Brasileiro. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/web/proforca/downloads>.*
13. *Nessas operações, visa-se a proporcionar um ambiente seguro e estável por meio de ações interagências.*
14. *Joseph Nye foi quem cunhou os termos soft power e, mais recentemente, smartpower, em complemento ao hard power, tradicional base do poder norte-americano.*
15. *ALSINA JR., J. P. S. Política Externa e Poder Militar do Brasil: Universos Paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.*
16. *TOFFLER A.; TOFFLER H. Guerra e Antiguerra: Sobrevivência na Aurora do Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.*
17. *DRUKER, P. F.; WARTZMAN, R. Druker em 33 Lições. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.*